

ASPECTOS DO CONTACTO LINGÜÍSTICO NO BRASIL*

Rosa Virginia Mattos e Silva**

Quando convidada a fazer esta palestra, rememorei o público que estava presente na I Semana de Estudos Etnológicos realizada no ano passado pela Associação de Arqueologia da Bahia e, por extrapolação, admiti que também neste ano seria a sua maioria composta de estudantes de áreas distintas, portanto com formação diversificada. Isso, de saída, me levou a pensar que o melhor seria tentar ajustar as intenções de minha exposição a um público receptor de características semelhantes às daquele, do qual fiz parte, no ano passado. Assim sendo, tentarei evitar o mais possível a metalinguagem da lingüística que, convenhamos, é hoje das mais complexas e herméticas para o não iniciado, ao mesmo tempo em que me preocuparei em explicitar aqueles conceitos lingüísticos operacionais, sem os quais, penso, não teria condições de desenvolver o tema proposto com um mínimo de objetividade.

Colocado esse esclarecimento inicial, parece-me necessário, antes

* Palestra apresentada à II Semana de Estudos Etnológicos da Associação de Arqueologia da Bahia, 8 de março de 1978.

**Prof.a. Adjunto - Dept.º Letras Vernáculas - Instituto de Letras - UFBA.

Universitas, Salvador, Nº 24 (83 -95) 1979.

de mais, deixar claro o que pretendo com o título proposto:

É natural que o cidadão comum, não especialista em ciências sociais, lingüísticas ou geográficas, admita, sem maiores reflexões, que às unidades políticas que constam no mapa geopolítico do globo correspondam unidades lingüísticas, isto é, línguas únicas, como veículo de comunicação verbal entre os membros que constituem o corpo político de cada nação. Embora tal relação unitária possa ocorrer (nação: língua única nacional), tal situação de unilingüismo, é possível afirmar com segurança, pode ser considerada como excepcional, enquanto as situações pluri-ou multilingües podem ser consideradas como o normal.

Aqui surge um daqueles casos a que aludi em que me parece necessária uma explicitação de conceito.

Uma língua considerada historicamente não deve, por definição, ser vista como um bloco uniforme, nítida e facilmente delimitável. É dos problemas mais complexos da teoria lingüística definir os limites de uma língua x. Qualquer língua que, por motivos pragmáticos e operacionais, seja caracterizada por uma adjetivação — portuguesa, espanhola, yorubá, kamayurá, etc. — em maior ou menor grau se constitui de um conjunto de variantes regionais, sociais, etárias, estilísticas, etc., que hoje se denominam em lingüística dialetos. Qualquer língua x, ou y, ou z é, portanto, constituída de um conjunto de dialetos, que são manifestações concretizadas de um sistema comum subjacente, depreensível a partir de uma análise adequada.

Desse modo, quando falamos, por exemplo, de língua portuguesa, não devemos pensar nessa língua como um bloco único, uniforme, que como um todo se opõe a outro, língua espanhola, língua inglesa, etc. O que leva a essa visão distorcida da realidade é, sobretudo, entre outros fatores a política, mais generalizada, que prestigia um dialeto sócio-regional específico, que é aquele que se reflete na comunicação escrita formal e que é difundido pelas agências sociais encarregadas de divulgar os valores preconizados nos princípios ideológicos dos grupos que tratam com o poder institucionalizado. Dessas agências sociais, deseja-se que seja a escola, e nela o ensino do vernáculo, o instrumento que mais imediatamente se responsabilize pela difusão desse dialeto prestigiado, que passa a ser visto como se fosse "a língua" como um todo.

Explicitado isso, talvez se possa entender mais claramente o que afirmei antes: que a situação de unilingüismo, ao contrário do multilingüismo, é a exceção e não a regra. Neste ponto, é preciso chamar a atenção para o fato de que o conceito amplo de multilingüismo abrange não só os casos em que indivíduos ou grupos de indivíduos dispõem para a sua comunicação verbal de mais de um sistema lingüístico, mas também os casos em que indivíduos ou grupos de indivíduos dispõem de

mais de um dialeto de um mesmo sistema lingüístico, sendo essa situação a mais normal em toda parte, uma vez que **pelo menos** uma variante dialetal formal e outra informal se pode esperar que se concretize no uso de qualquer sistema lingüístico.

Pelo exposto, se pode então concluir que o fenômeno do contacto lingüístico, designação corrente na lingüística moderna para as interrelações de línguas distintas e de dialetos de uma mesma língua, é uma constante por toda parte.

Mais visível nas áreas de fronteiras ou nas nações oficialmente multilingües, em que os falantes são naturalmente usuários de mais de um sistema lingüístico, portanto, multilingües, não é o multilingüismo o único resultado possível do contacto lingüístico. Por razões históricas determináveis, o contacto de línguas distintas pode ter como resultado o surgimento de novas línguas que se formam em situações históricas de emergência, exatamente como meio de facilitar a comunicação entre populações aloglotas em contacto, resultado do encontro de sistemas lingüísticos distintos, como é o caso dos **pidgins**, que podem vir a consolidar-se como língua materna de novas gerações, passado à condição do que se chama, em lingüística, **crioulo**. Além das duas situações acima enumeradas — multilingüismo, criação de línguas de emergência —, uma outra resultante do contacto pode ser o desaparecimento de um dos sistemas intervenientes, em proveito de outro, por causa de fatores historicamente explicáveis.

Em qualquer dessas situações, o fenômeno comum decorrente do contacto lingüístico é o da interferência, ou seja, das marcas de um sistema deixadas no uso de outro, tanto no caso do falante multilingüe, como no de um sistema vir a desaparecer, deixando nos outros com que esteve em contacto seus traços ou suas características. É claro que as marcas de um sistema sobre outro decorrem do fato de ser(em) o(s) indivíduo(s) actante(s), numa situação de contacto, o **locus** desse contacto.

No contexto teórico desenvolvido acima em largos traços, creio que podemos examinar alguns aspectos do contacto lingüístico no Brasil. É consenso mais ou menos generalizado entre os não-especialistas e mesmo entre alguns desses que o Brasil é uma nação monolingüe, e já foi até mesmo qualificada de espantosa a unidade do português do Brasil.

Pretendo examinar alguns fatos que por si servem de demonstração para uma afirmativa de natureza contrária. O Brasil é um país multilingüe e exatamente a história do contacto entre sistemas lingüísticos distintos é um dos fatores que levam o português do Brasil a não ser assim tão espantosamente homogêneo. A aparente homogeneidade decorre, não só do fato de não se conhecerem detalhadamente as variantes

linguísticas conviventes na superfície geográfica brasileira, mas, e talvez primordialmente, do fato de a política geral, aliás, acentuar esse ponto de vista quando estigmatiza variantes que por razões sócio-econômicas e políticas são menos prestigiadas, e valoriza a norma linguística de um dialeto considerado *standard*. Esse dialeto, codificado nas gramáticas escolares, depreendido em geral de textos literários, dificilmente tem existência na comunicação quotidiana mesmo dos indivíduos que possam ser considerados os melhores representantes como usuários do referido dialeto, uma vez que tais indivíduos não podem fugir ao contacto pelo menos de variantes dialetais, e, no uso que façam do dialeto *standard*, mais ou menos deixarão transparecer interferências dos dialetos conviventes.

Deixando de parte agora o problema do convívio diuturno dos dialetos regionais, sociais, etários, estilísticos do português do Brasil, e que é usual em qualquer língua na sua história, tornando os indivíduos e os grupos de indivíduos multidialetais e multilíngües, *lato sensu*, considerarei em seguida algumas situações de multilingüismo *stricto sensu* no Brasil: alguns aspectos do contacto entre o português e as línguas indígenas, entre o português e as línguas africanas nos seus reflexos no presente, e, de passagem, não deixarei de mencionar o contacto entre o português e as línguas de grupos estrangeiros que chegam ao Brasil como imigrantes.

Observando-se o mapa nº 1, de distribuição de grupos indígenas do Brasil (1), onde estão apontados 136 grupos distintos, salta de imediato à vista, primeiro, o ainda elevadíssimo número de agrupamentos indígenas remanescentes (apesar da pequena população que constitui cada um deles), o que implica, *grosso modo*, como veremos logo em seguida, também em um elevado número de línguas distintas conviventes, em maior ou menor grau de contacto, com a língua portuguesa, oficialmente considerada única no Brasil. Creio que basta isso — e como — para que não se possa afirmar — a não ser por um artifício político — que o Brasil é um país unilíngüe. Em segundo lugar, o que ressalta no mapa é a ausência, ou quase, de grupos indígenas no litoral (veja-se do Chuí à foz do Amazonas), o que contrasta, observando-se o mapa em direção oeste, com a concentração dos grupos indígenas a partir de um limite que, em direção sul, aproximadamente corta o centro do Maranhão, unindo Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso e Rondônia em oposição aos outros Estados que constituem a nação. Vale chamar atenção para o fato de que os pontos indicados nos estados do Sul até S. Paulo representam localizações de apenas cinco grupos indígenas (Guarani, Kaingang, Xetá, Xokleng, Terena). Isso que o mapa reflete nada mais é que o resultado do contacto do colonizador com as populações autóctones, que vêm procurando refúgio há quase cinco séculos.

Segundo a mesma fonte (2), mas com base na classificação das

línguas indígenas brasileiras de A. D. Rodrigues, há em uso no Brasil 33 línguas do tronco ou bloco tupi, 25 do tronco macro-jê e 19 do tronco aruak, além de 33 não classificadas em troncos, mais 6 não classificadas em famílias e cinco de que não há informação (cf. o mapa nº 2, em que está esquematizada a distribuição desses grupamentos). Isso perfaz um total de pelo menos 121 línguas de cuja existência se tem notícia, e que, em maior ou menor profundidade e extensão, estão estudadas por especialistas.

O contacto dessas línguas as mais distintas, pois pertencem não só a famílias como a troncos lingüísticos diferentes (para o não especialista ter uma idéia da diversidade desses sistemas lingüísticos existentes no Brasil basta lembrar que na Europa não-comunista apenas o basco e o finlandês não pertencem à mesma família, o indo-europeu) depende, é claro, do tipo de contacto do grupo indígena com a etnia dominante. Se se aceitam os quatro graus de contacto propostos por Darcy Ribeiro, dos grupos não-contactados ou isolados aos integrados, passando pelos grupos em contacto intermitente e permanente, talvez se possa projetar para o processo de aculturação lingüística do índio essas quatro etapas propostas e justificadas por aquele grande especialista da problemática indígena. Teoricamente, poder-se-ia levantar a hipótese — havendo já, em alguns casos, informação para comprová-la — de que os chamados índios integrados ou são multilingües, nesse multilingüismo incluído o português (como o são os xokleng, os Guarani, do sul do Brasil) ou perderam a sua língua primeira (como parece acontecer com as populações indígenas remanescentes da Bahia — Pataxó, Pataxó Hã Hã Hã, Tuxá, Kariri, Kaimbé); no contacto permanente, muito possivelmente o multilingüismo (língua portuguesa/língua indígena) será a situação mais normal (por exemplo, o caso dos Krahô); no contacto intermitente, muito possivelmente o multilingüismo começa a se difundir pela população indígena — e desse caso podemos dar um exemplo mais detalhado em seguida — mantendo-se os grupos isolados, como é óbvio, sem necessidade social de adquirir a língua da etnia dominante, ou seja, o português.

Como observei de perto o problema da aculturação lingüística kamayurá-português (os Kamayurá são do tronco tupi, família tupi-guarani) posso apresentar um caso concreto da situação de multilingüismo num grupo indígena em contacto intermitente com a sociedade nacional a partir de 1946. Embora tal situação (observada em 1969) não deva ser tomada como padrão do processo de aquisição do português por qualquer grupo indígena, pode servir de exemplo: em 1969, na aldeia Kamayurá, do Alto Xingu, dos 119 habitantes então recenseados, nem velhos nem mulheres falavam o português; a tendência entre os habitantes masculinos (63 ao todo) da aldeia era virem todos a falar o português, pois os homens adultos, na sua maioria bons falantes desta língua, demonstravam o maior interesse pela cultura nacional; as crianças na primeira infância e já avançada a segunda nada aprendiam do português,

porque passavam a maior parte do tempo com as mães, que só usavam língua indígena; já as crianças cujo pai falava bem o português, ou em cuja casa havia, por exemplo, rapazes que o falavam fluentemente, tendo maior oportunidade de ouvir a língua estrangeira, tinham mais condições de aprendê-la; os jovens, curiosos das novidades do mundo dos brancos, levavam os de sua faixa etária e os púberes a sentirem maior interesse pela aprendizagem do português.

Ainda nos detendo no Xingu, vale ressaltar o caráter multilíngüe dessa área de refúgio dos índios brasileiros. Aí convivem treze grupos distintos. Como os Kamayurá, são do tronco lingüístico tupi e da família tupi-guarani, os Awetí e os Kayabí; também do tronco tupi, mas de família isolada, são os Yurúna; do tronco aruak e da família do mesmo nome são os Waurá, os Yawalapití e os Mehináku; do tronco macro-jê e da família jê são os Suya e os Txukahamã, que ficam mais afastados dos outros grupos nomeados; da família karib, os Kuikúro, os Kalapálo, os Nahukwá-Matipú e os Txikão. Assim, naquela reserva de 30.000 km² no Estado de Mato Grosso convivem, pelo menos, treze línguas distintas, originárias de cinco famílias diferentes. Numa situação tal de multilíngüismo, é possível encontrar-se no Xingu o índio poliglota, que além de dominar sua língua primeira, domina outras línguas da área e, com maior ou menor grau de fluência, o português.

Os pesquisadores da área do Xingu, quer lingüistas quer antropólogos, têm notado nos seus trabalhos, embora, *en passant*, a tendência a uma maior difusão na área da língua kamayurá, o que pode ser explicável por razões sócio-políticas; ao mesmo tempo, segundo demonstram estudos que se iniciam sob a responsabilidade do setor de lingüística no Museu Nacional, parece esboçar-se hoje no Xingu um *pidgin*, ou seja, uma língua de emergência, que funciona como língua franca de comunicação mais geral na área, e que tem como base o português.

De recurso semelhante a esse, mas de natureza contrária, uma vez que não foi o português a língua escolhida como instrumento de comunicação mais amplo, se serviram no século XVI os colonizadores, sobretudo os catequistas jesuítas: utilizaram o chamado tupi da costa ou língua geral, aprendendo-o, embora adaptando-o a características estruturais do português, e ensinando-o a índios de outras línguas primeiras (chamados então de índios de língua travada), como instrumento mais geral de comunicação. O uso da chamada língua geral parece ter-se estendido desde São Paulo à Amazônia nos três primeiros séculos de colonização, até à sua proibição em 1727 pelo Marquês de Pombal. Embora, por força da lei, deixasse de ser obrigatório o seu ensino pelos catequistas, da língua geral existe ainda, um seu continuador, embora modificado, no Rio Negro. É o chamado *ñeengatu* (=língua boa) instrumento mais comum de comunicação entre índios de diferentes grupos, entre esses e a população brasileira regional não-índia, e no próprio

interior desta.

Vale a pena chamar a atenção para que a escolha do tupi como língua de comunicação mais ampla pelos catequistas deveu-se ao fato de que ao longo da costa brasileira, no século XVI, desde o sul de São Paulo ao Maranhão, se encontravam em expansão os tupinambá, portadores de variantes lingüísticas tupi (cf. Mapa 3). É do maior interesse confrontar essa distribuição geográfica das línguas tupi no séc. XVI com a distribuição atual (cf. Mapa 2), para que se tenha, com rápido olhar, uma visão do resultado do processo do contacto de índios e brancos em território brasileiro. De habitantes litorâneos, os grupos tupi, que ainda representam o tronco lingüístico que ocupa maior extensão geográfica (cf. Mapa 2), para sobreviverem, tiveram de recuar em direção norte-oeste.

Embora o processo de desenvolvimento brasileiro aponte para uma tendência que é claramente desfavorável à sobrevivência das populações indígenas ainda remanescentes, as marcas ou interferências das línguas indígenas sempre se farão sentir nas variantes regionais do português do Brasil, variantes essas que de perto, ou em contacto, tenham convivido com as línguas indígenas.

Ao abordar aspectos do contacto lingüístico no Brasil, e sobretudo quando se está em Salvador, seria imperdoável lacuna, a meu ver, deixar de rememorar aspectos do contacto lingüístico no Brasil ocorridos no passado, e deixar de observar algumas marcas sincrônicas, em ação no português do Brasil, deixadas pelo contacto com as populações africanas que aqui chegaram, por efeito do tráfico negroiro, iniciado já na primeira metade do século XVI e só extinto em 1851.

No esquema geral que antes colocamos quanto a possíveis resultados do encontro de sistemas lingüísticos distintos — multilingüismo das populações em contacto, surgimento de línguas de emergência, desaparecimento de alguns ou algum dos sistemas em contacto em proveito de outros, e em todos os casos as interferências entre os sistemas, documentáveis no uso lingüístico dos falantes — o encontro de línguas africanas e do português no Brasil teve como resultado geral o desaparecimento das línguas vindas da África, em proveito da língua da maioria e do grupo dominante. No entanto, ao longo da história não se pode excluir uma etapa de multilingüismo, certamente não generalizado, das populações em conjunção, e não se deve excluir também a existência de línguas de emergência como instrumento mais amplo de comunicação. A documentação rarefeita que há sobre o assunto dá notícias de "línguas" do tipo *pidgin* e crioulo, que surgiram em diversos pontos do Brasil como consequência não só da necessidade de intercomunicação entre os africanos portadores de línguas primeiras distintas e entre esses e os que tinham o português ou mesmo línguas indígenas como suas línguas primeiras.

São exemplo de situações desse tipo: uma língua de comunicação entre os escravos na região de Vila Rica com elementos de diversas línguas do oeste africano (fon, mahi, gun, mina), que se pode depreender do trabalho de Antonio da Costa Peixoto — *Obra nova de língua geral da Mina* — da primeira metade do século XVIII e publicado em Lisboa em 1945; o que se chama, segundo Nina Rodrigues, nagô na Bahia dos fins do século XIX e que é definido por esse autor como “une espèce de patois abatairdi du portugais et d'autres langues africaines”; um crioulo de base bântu, na localidade de São Jorge da Chapada, ao norte de Minas Gerais, que ainda foi documentado na década de quarenta deste século por Aires da Mata Machado (3). Como esses três exemplos, retirados da tese de doutoramento de Yêda A. Pessoa de Castro (4), muitos outros casos de línguas de emergência terão possivelmente ocorrido, e talvez ainda possam ser documentados seus remanescentes por esses interiores do Brasil. Prova disso é o que foi recentemente descoberto em Cafundó, no Estado de São Paulo, e amplamente noticiado pela imprensa (5).

Para uma história do contacto línguas africanas e língua portuguesa em terras do Brasil, seria ideal que se dispusesse de documentação comprobatória do número de africanos que aqui desembarcaram, da sua procedência na África, da qual se poderia inferir a língua que falavam, e da sua distribuição no Brasil. Tais dados, que não seria absurdo desejar que existissem, não existem. Grande parte da documentação sobre o tráfico negreiro foi queimada em 13 de maio de 1891, talvez até com intenções louváveis. Diante disso não é de espantar que os historiadores oscilem entre 4 a 18 milhões, quando avaliam os negros que de África saíram para o Brasil, estimando em 30 a 35% a percentagem daqueles que não suportavam a viagem.

A tese de Yêda Castro, a que me referi, analisa um *corpus* de 3.025 itens lexicais definidos como africanismos no português do Brasil, estabelecendo o étimo de cada item com o objetivo de oferecer uma contribuição para o conhecimento dos grupos étnicos africanos que aqui chegaram. Sem dúvida esse tipo de estudo pode, de certa forma, suprir como informação os dados que não podemos recuperar diretamente.

Sabe-se que a distribuição dos escravos pelo território brasileiro variou segundo as necessidades econômicas do país, mas parece ser ponto pacífico que a maior concentração negra ocorreu na área baiana. Para Luis Viana, 25% dos escravos por aqui ficaram, e os outros 75% se distribuíram por Minas Gerais (e daí para Goiás e Mato Grosso), Rio de Janeiro, Pernambuco (daí para Alagoas e Paraíba), Maranhão (daí para o Pará) e São Paulo, apenas não se sentindo quase a presença africana no extremo sul brasileiro.

Sabe-se, também, que nos primeiros tempos do tráfico os africanos para aqui trazidos vinham de Angola, sendo portadores de línguas do

grupo bântu, como o kimbuandu, o umbundu e o kikongo. Só a partir de certa altura do século XVIII é que começou o tráfico com os habitantes da área de ocorrência das línguas hoje classificadas como do grupo Kwa, do oeste africano, como as línguas ewe (fon ou jêje, mahi, gun, mina), o hauça e o yorubá.

As populações de língua yorubá chegaram ao Brasil maciçamente no século XIX, e foram fixadas prioritariamente na Bahia. Disso decorre um dos estereótipos mais correntes nos trabalhos sobre a influência das línguas africanas no Brasil: enquanto a marca africana na Bahia é prioritariamente yorubana, no resto do Brasil é bântu. Edison Carneiro já contestara esse ponto de vista, defendendo o ponto de vista de que é na Bahia onde a cultura bântu melhor sobrevive, demonstrando também a presença dos yorubás e jêjes no resto do Brasil. A análise lingüística de Yêda Castro leva à conclusão de que nos dialetos populares regionais brasileiros é a influência bântu que prepondera, sendo indício desse fato a maior integração no português dos empréstimos bântu. Por outro lado, as culturas daomeanas, especialmente a yorubá, fazem-se sentir mais marcadamente nos cultos religiosos afro-brasileiros.

Para concluir, não gostaria de deixar de mencionar outro aspecto do contacto lingüístico no Brasil, que é o decorrente do incentivo à imigração a partir do século passado. Também nesse caso a multiplicidade de população portadora de línguas distintas é a tônica e também a sua distribuição pelo Brasil é variada, embora sua concentração, ao contrário do que ocorreu com a que trouxe o tráfico africano, seja no sul do país: a maior ocorrência de imigrantes europeus (italianos, alemães, poloneses e mesmo portugueses vindos depois da Independência) e orientais (japoneses, sírio-libaneses, etc.) está entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, não excluída a existência de núcleos de colonos, ainda vivos ou não, por outras partes do Brasil.

Em cada situação de encontro entre população brasileira e população estrangeira pode-se admitir que, numa fase inicial, os imigrantes não falam nenhum dialeto do país que o acolhe, mas que aos poucos, por necessidade sociolingüística, se inicia uma fase de multilingüismo incipiente que se refletirá na aquisição dos dois sistemas em contacto pela nova geração nascida no Brasil. A tendência mais geral é a de que com o passar do tempo a língua estrangeira transplantada para aqui pelo grupo inicial vá deixando de ser usada em todas as situações sociais, em proveito da língua nacional, que, localmente, poderá vir a apresentar um dialeto típico, com traços lingüísticos próprios à língua materna do grupo imigrante aí instalado.

Um exemplo desse tipo de contacto é dado por E. Willems (6) quando descreve a aprendizagem do português entre os imigrantes germânicos no Brasil: a substituição da língua materna é concomitante com

a urbanização dos colonos; progride mais rapidamente ainda entre católicos do que entre protestantes, e entre aqueles os mais bem educados adquirem com maior presteza o manejo do português; ocorrendo a substituição mais rápida de todas quando o imigrante germânico se encontra em área multilíngüe, em que o português passa a ser o meio de comunicação. Esse modelo de Willems pode não ser generalisável para todas as circunstâncias, mas vale como caso exemplar.

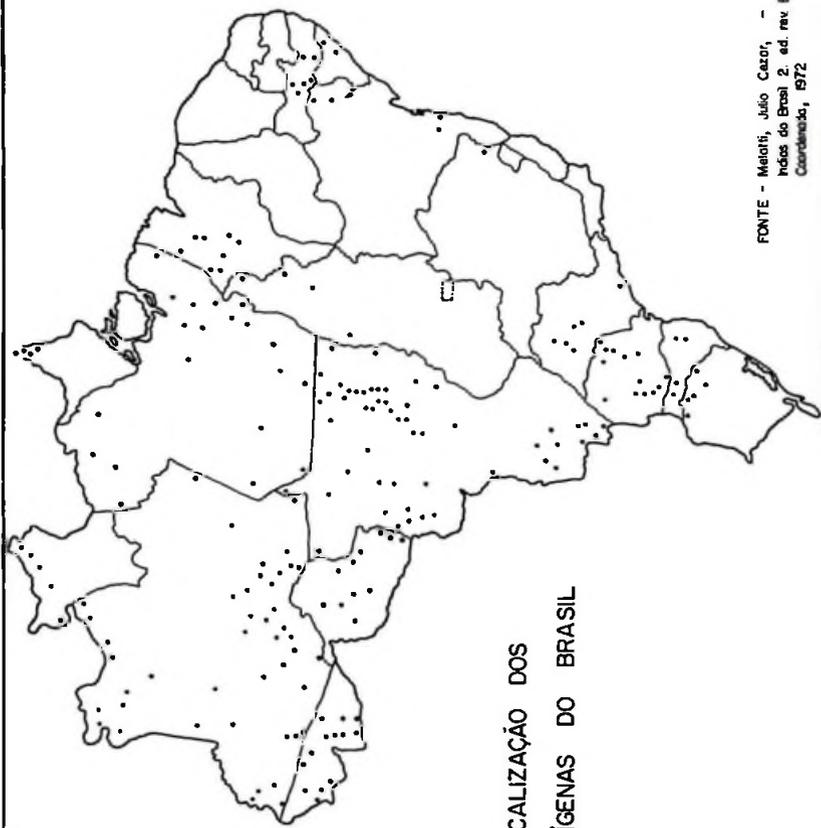
Fica patente pelo que se veio expondo, que cada situação de contacto lingüístico deve ser examinada como algo específico e que todas as variáveis envolvidas devem ser levadas em conta e correlacionadas, numa análise que se queira cientificamente válida. É isso que vêm fazendo todos os que hoje se dedicam ao problema lingüístico do contacto, sobretudo depois da obra teórica pioneira de Uriel Weinreich (7). A importância do contacto lingüístico é hoje não só do interesse dos sociolingüístas como dos lingüistas teóricos, uma vez que os fenômenos lingüísticos decorrentes dessas situações sócio-políticas específicas existentes por toda parte são, por vezes, de grande valor explicativo para a compreensão de pontos teóricos fundamentais para a ciência da linguagem.

Com os fatos apresentados, creio que se torna extremamente clara a posição inicialmente colocada: a de que só um artifício muito desligado da realidade pode levar a considerar este país como unilíngüe, da mesma forma que só uma drástica simplificação da realidade é que pode defender a tão difundida concepção da espantosa unidade do português do Brasil.

NOTAS:

- (1) Cf. J. C. MELATTI, *Índios do Brasil*, Brasília, Coordenada, 1972. 2a. edição, págs. 12-13.
- (2) Cf. op. cit. nota 1, págs. 44-50.
- (3) Cf. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*, Rio, Civilização Brasileira, 1964. 2a. edição.
- (4) *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil*, Zaire, 1976.
- (5) Sobre esse dialeto de contacto cf. a comunicação de C. Vogt e M. Gnerre — Uma língua crioula de base banto no estado de São Paulo — à XI Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Recife, maio de 1978.
- (6) In 'Linguistic changes in german-brazilian communities', *Acta Americana* 1.1943: 448-463.
- (7) *Languages in contact*, The Hague, Mouton, 1968. 6ª edição. A primeira edição é do Linguistic Circle of New York, nº 1, 1953.

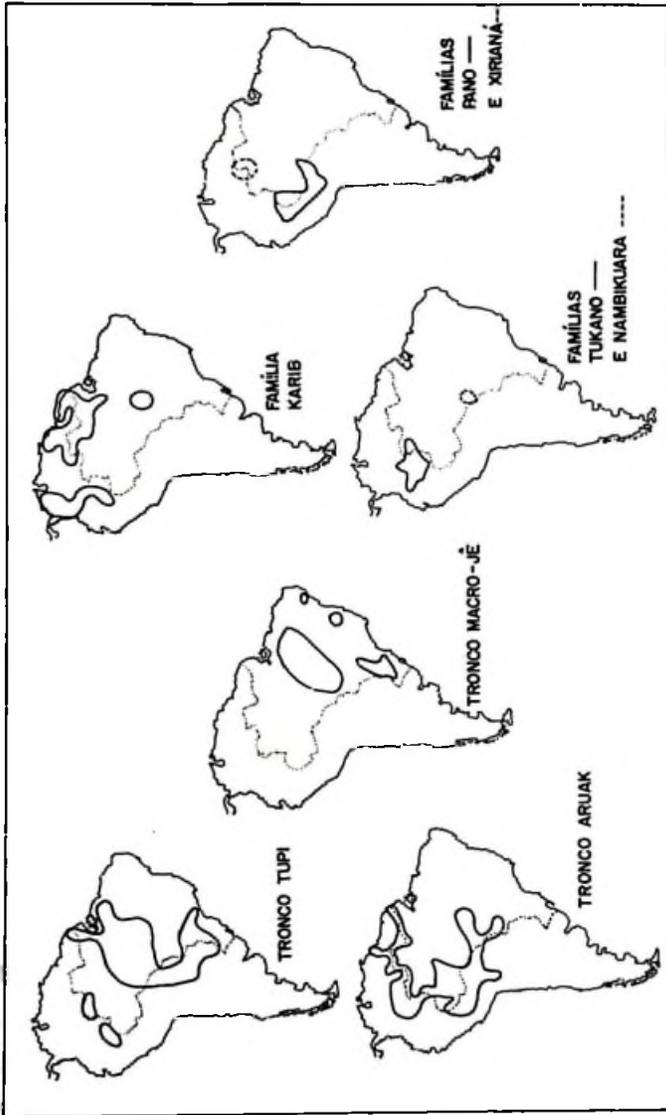
MAPA



LOCALIZAÇÃO DOS
GRUPOS INDÍGENAS DO BRASIL

FONTE - Melatti, Julio Cesar, -
Índios do Brasil 2, ed. rev. Brasília,
Contraste, 1972

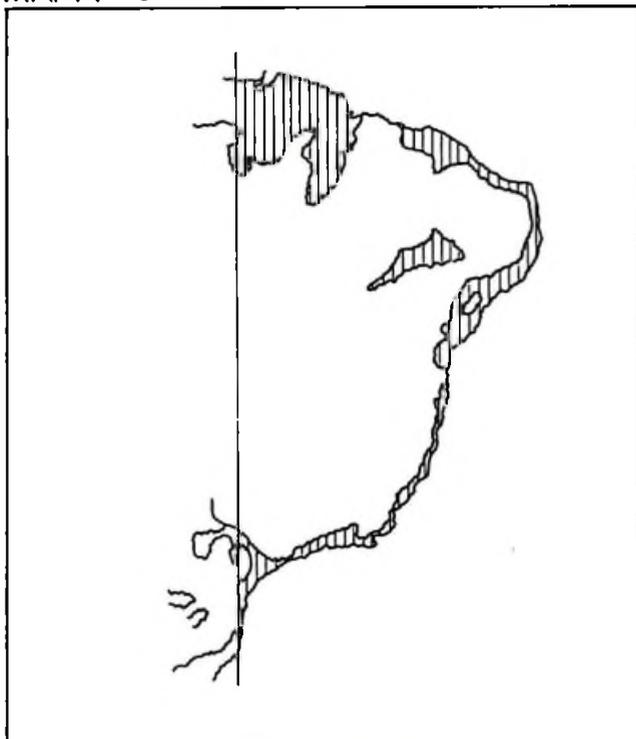
MAPA 2



FONTE - Meilati, Julio Cesar

Índios do Brasil
2 ed rev Brasília,
Coordenação, 1972.

MAPA 3



FORTE- Camara Jr., J Mathoso - Introdução às
Línguas Indígenas Brasileiras 2. ed.
Rio de Janeiro, L. Acadêmica, 1965.